



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Especialidade Serviço Social

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'J', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva
Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva e da Prova de Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Preencha os alvéolos, na Folha de Respostas da Prova Objetiva, com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva e da Prova de Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova Discursiva e a Prova de Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva e a Prova de Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

Figuras históricas perdem seus contornos quando se tornam valores absolutos e até sua própria existência chega a ser posta em dúvida. Caso exemplar é o de William Shakespeare, cuja importância cresceu tanto que, a partir do século XVIII, começou-se a questionar se ele era realmente o autor de seus dramas.

*Algo semelhante aconteceu com o Renascimento. De início, o termo indicava a arte produzida na Itália entre os séculos XV e XVI, exemplar para todos os artistas que se seguiram. Em meados do XIX, quando começava a perder força como paradigma estético, assumiu um significado muito mais amplo e indeterminado. Historiadores, como Jules Michelet (1855) e o suíço Jacob Burckhardt (1860), defendem suas teorias, mas a periodização encontra dificuldades. Os limites de um período histórico costumam ser marcados por fatos concretos, de datação consensual. Em arte, as transições são muito mais fluidas. Com **Renascimento e renascimentos na arte ocidental** (1957) o historiador da arte alemão Erwin Panofsky tentou pôr ordem nessa proliferação de renascenças: o que distingue o Renascimento italiano das retomadas anteriores, segundo ele, é a consciência de que o antigo já não existe, da necessidade de recriá-lo.*

*Final, o que faz da arte italiana dos séculos XV e XVI algo tão especial? Leon Battista Alberti, o teórico mais importante da primeira fase do Renascimento, identifica por nome, no prólogo de seu tratado **Da pintura** (1436), um grupo bem pequeno de artistas, todos florentinos. Foram eles, segundo o teórico, que fizeram reviver uma arte que, como a antiga, se inspirava diretamente na natureza. Mas, enquanto os antigos tiveram muitos mestres para imitar, eles precisaram reinventar. "Nós", diz Alberti, incluindo-se no grupo, "descobrimos artes e ciências jamais ouvidas e vistas."*

Outro teórico define esses inventores como "mestres de artes mistas e de engenho". Artes, na Florença da época, eram as corporações de artesãos e comerciantes que governavam a cidade desde o século XIV. Além delas, com maior prestígio (se não com maior poder) havia as artes liberais, que se aprendiam pelos livros e não pela experiência prática. Os "mestres de artes mistas" não eram uma coisa nem outra. Já não se identificavam com o saber artesanal de pai para filho; tampouco com o saber escolar dos acadêmicos. Buscavam conhecimentos empíricos, quando necessário (engenharia, fundição dos metais, fabricação de cores), embora não se restringissem a nenhuma das profissões tradicionais. Em sua maioria, não liam latim, mas dispunham de tratados de ótica e de geometria traduzidos e consultavam cientistas e matemáticos sempre que fosse preciso. Eram leitores vorazes da nova literatura em vulgar (Dante, Petrarca, Boccaccio) e estudavam história. A cultura deles se definia em função dos projetos em que estavam envolvidos – uma igreja, um monumento, um quadro. Enfim, não eram nem artesãos nem filósofos. Pela primeira vez na história, eram artistas.

(Adaptado de: Lorenzo Mammi. **Bravo!**, 191, julho de 2013, p. 16-21)

1. Conclui-se corretamente do texto:
 - (A) Houve dificuldades, reconhecidas ainda hoje, em caracterizar com rigor as inovações perpetradas durante o Renascimento por um grupo de artistas italianos, que se diferenciavam dos demais em razão de seus conhecimentos empíricos.
 - (B) As divergências entre historiadores e críticos referentes à periodização adequada e às características do Renascimento italiano acentuam as dificuldades em reconhecer a genialidade e a importância de alguns artistas nele incluídos.
 - (C) A ausência de conhecimentos mais sólidos, com base no saber acadêmico contido nos livros em latim, cerceava a participação de grupos de artistas nas corporações de ofícios existentes na Itália durante a época renascentista.
 - (D) Torna-se mais importante o reconhecimento das características e da genialidade dos artistas do Renascimento italiano do que a preocupação em estabelecer limites precisos de tempo para explicar todo o florescimento artístico dessa época.
 - (E) As características inovadoras das obras de alguns artistas do Renascimento italiano que se mantinham independentes, quer da tradição artesanal quer do conhecimento acadêmico, isolam-nos inteiramente no contexto artístico desse período.

2. *Pela primeira vez na história, eram artistas.*

A frase final do texto deve ser entendida como

- (A) tese que se mostrou coerente ao se referir às ideias apresentadas no 2º parágrafo.
- (B) retomada dos exemplos e das teorias apresentadas no desenvolvimento, o que garante a coesão textual.
- (C) repetição enfática, que se apresenta como uma síntese das ideias discutidas no texto.
- (D) conclusão que constitui um fecho coeso do que foi desenvolvido no último parágrafo.
- (E) exposição de um fato incontestável, que vem confirmar a importância da arte renascentista.

3. Identifica-se relação de causa e consequência entre os seguintes fatos apontados no texto:

- (A) presença de um grupo de pintores em Florença e a busca por conhecimento referente aos projetos em que estariam envolvidos.
- (B) aumento da importância literária de Shakespeare e questionamentos a respeito da autoria de suas obras.
- (C) desconhecimento da língua latina e leitura de obras de Dante, Petrarca e Boccaccio.
- (D) questionamentos a respeito da correta datação do Renascimento italiano e as características das obras produzidas nesse período.
- (E) busca por temas e formas ainda não explorados na arte renascentista e conhecimento disseminado da obra de escritores do mesmo período.



4. Quanto ao desenvolvimento textual, afirma-se corretamente:

- (A) O autor do texto deixa implícita, no 1º parágrafo, sua concordância com a hipótese de que William Shakespeare não deve ter sido realmente o criador de tantos dramas que marcaram sua época.
- (B) Apesar de evidente intenção esclarecedora das informações contidas no parágrafo final, à semelhança de verbete de dicionário a respeito da Florença do século XV, elas perdem importância diante da constatação de que os artistas não se consideravam ligados a nenhum ofício.
- (C) No 2º parágrafo, defende-se a ideia central de que, em razão da ausência de limites temporais precisos para a produção artística, resulta impossível para os teóricos perceber diferenças temáticas entre os representantes de determinada época.
- (D) Há semelhança nos pontos de vista emitidos tanto pelo historiador alemão citado no 2º parágrafo, que publicou sua obra no século XX, quanto pelo teórico florentino, cuja obra data do século XV.
- (E) O confronto entre as teorias defendidas por historiadores nos séculos XIX e XX, a respeito de limites temporais para as manifestações artísticas renascentistas, estabelece parâmetros para a correta identificação da autoria dos dramas de William Shakespeare.

5. *Artes, na Florença da época, eram as corporações de artesãos e comerciantes que governavam a cidade desde o século XIV. Além delas, com maior prestígio (se não com maior poder) havia as artes liberais, que se aprendiam pelos livros e não pela experiência prática. Os "mestres de artes mistas" não eram uma coisa nem outra. Já não se identificavam com o saber artesanal de pai para filho; tampouco com o saber escolar dos acadêmicos.*

Considerando-se o parágrafo acima, o segmento grifado recebe redação alternativa em que se mantém igualmente o sentido original e a coesão, com a devida correção, em:

- (A) A nova classe de "mestres de artes mistas" não eram de nenhuma corporação ou das artes liberais, onde havia tanto o saber artesanal como o contido nos livros acadêmicos.
- (B) Os "mestres de artes mistas" se diferenciavam dos demais por não se enquadrarem no espírito das corporações, de saber artesanal, nem mesmo naquele das artes liberais, cujo saber era aprendido nos livros.
- (C) Nem o saber artesanal de pai para filho, nem o escolar dos acadêmicos, que se aprendiam nos livros, não personalizavam os "mestres de artes mistas", que não tinham nem um nem mesmo o outro.
- (D) Quem não se identificava ainda mais com o saber artesanal ou com o saber escolar dos acadêmicos, sem ser uma coisa nem outra, chamados como "os mestres de artes mistas".
- (E) Caso os chamados "mestres de artes mistas", que não eram uma coisa nem outra, que se identificavam com o conhecimento de pai para filho nem mesmo com os acadêmicos.

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 6 a 10.

Todos os dias, acompanhamos na televisão, nos jornais e revistas as catástrofes climáticas e as mudanças que estão ocorrendo, rapidamente, no clima mundial. Nunca se viram mudanças tão rápidas e com efeitos devastadores como têm ocorrido nos últimos anos.

Pesquisadores do clima mundial afirmam que este aquecimento global está ocorrendo em função do aumento da emissão de gases poluentes, principalmente derivados da queima de combustíveis fósseis (gasolina, diesel etc.) na atmosfera. Esses gases (ozônio, dióxido de carbono, metano, óxido nitroso e monóxido de carbono) formam uma camada de poluentes de difícil dispersão, causando o famoso efeito estufa. Esse fenômeno ocorre, porque esses gases absorvem grande parte da radiação infravermelha emitida pela Terra, dificultando a dispersão do calor.

O desmatamento e a queimada de florestas e matas também colaboram para esse processo. Os raios do Sol atingem o solo e irradiam calor na atmosfera. Como esta camada de poluentes dificulta a dispersão do calor, o resultado é o aumento da temperatura global. Embora este fenômeno ocorra de forma mais evidente nas grandes cidades, já se verificam suas consequências no aquecimento global.

(Adaptado de: http://www.suapesquisa.com/geografia/aquecimento_global.htm)

6. **Como** esta camada de poluentes dificulta a dispersão do calor, o resultado é o aumento da temperatura global.

Na frase acima, o conectivo **como** tem o valor de, podendo ser substituído sem prejuízo do sentido e da correção por

As lacunas são completadas corretamente em:

- (A) conformidade – por que
- (B) comparação – porque
- (C) causa – tanto que
- (D) comparação – tanto que
- (E) causa – porque

7. *Todos os dias, acompanhamos na televisão, nos jornais e revistas as catástrofes climáticas e as mudanças que estão ocorrendo, rapidamente, no clima mundial.*

Trocando o verbo **acompanhamos** por **acompanhá-vamos**, a frase acima fica reescrita corretamente na voz passiva analítica em:

- (A) Todos os dias, foram acompanhadas pela televisão as catástrofes climáticas e as mudanças que têm ocorrido, rapidamente, no clima mundial.
- (B) Todos os dias, acompanham-se pela televisão as catástrofes climáticas e as mudanças que estavam ocorrendo, rapidamente, no clima mundial.
- (C) Todos os dias, eram acompanhadas pela televisão as catástrofes climáticas e as mudanças que estavam ocorrendo, rapidamente, no clima mundial.
- (D) Todos os dias, são acompanhadas pela televisão as catástrofes climáticas e as mudanças que ocorrem, rapidamente, no clima mundial.
- (E) Catástrofes climáticas e as mudanças que ocorrem, rapidamente, no clima mundial.



8. Pesquisadores do clima mundial afirmam que este aquecimento global está ocorrendo em função do aumento da emissão de gases poluentes, principalmente derivados da queima de combustíveis fósseis (gasolina, diesel etc.) na atmosfera. **Esses gases** (ozônio, dióxido de carbono, metano, óxido nítrico e monóxido de carbono) formam uma camada de poluentes de difícil dispersão, causando o famoso efeito estufa. **Esse fenômeno** ocorre, porque esses gases absorvem grande parte da radiação infravermelha emitida pela Terra, dificultando a dispersão do calor.

Esses gases e Esse fenômeno referem-se, respectivamente, a:

- (A) raios do Sol – camada de poluentes.
- (B) camada de poluentes – difícil dispersão.
- (C) dispersão do calor – efeito estufa.
- (D) aquecimento global – difícil dispersão.
- (E) gases poluentes – efeito estufa.

9. Os raios do Sol podem atingir **o solo** e irradiar calor na atmosfera, informam os pesquisadores **à população**.

Reescrevendo a frase e substituindo-se os termos em negrito pelos pronomes pessoais, o correto é:

- (A) Os raios do Sol podem atingi-lo e irradiar calor na atmosfera, informaram-lhe os pesquisadores.
- (B) Os raios do Sol podem lhe atingir e irradiar calor na atmosfera, a informamos pesquisadores.
- (C) Os raios do Sol podem atingir-lhe e irradiar calor na atmosfera, informam-na os pesquisadores.
- (D) Os raios do Sol podem atingir-lhe e irradiar calor na atmosfera, informam-lhes os pesquisadores.
- (E) Os raios do Sol podem o atingir e irradiar calor na atmosfera, lhes informam os pesquisadores.

10. O aumento da temperatura vem provocando a morte de várias espécies animais e vegetais mas desequilibrando vários ecossistemas. E a isso somamos o desmatamento onde vem ocorrendo, em florestas de países tropicais, e a tendência é aumentar as regiões desérticas do planeta Terra. Embora não é só isso, esse o aumento da temperatura faz com que ocorra maior evaporação das águas dos oceanos, potencializando catástrofes climáticas.

As frases acima encontram-se reescritas com coerência e correção em:

- (A) O aumento da temperatura vem provocando a morte de várias espécies animais e vegetais e desequilibrando vários ecossistemas. Portanto a isso somamos o desmatamento que vem ocorrendo, em florestas de países tropicais, a tendência é aumentar as regiões desérticas do planeta Terra. Por que não é só isso, esse aumento da temperatura faz com que ocorra maior evaporação das águas dos oceanos onde potencializa catástrofes climáticas.
- (B) O aumento da temperatura vem provocando a morte de várias espécies animais e vegetais e desequilibrando vários ecossistemas. Se a isso somamos o desmatamento que vem ocorrendo em florestas de países tropicais, a tendência é aumentar as regiões desérticas do planeta Terra. Mas não é só isso, esse aumento da temperatura faz com que ocorra maior evaporação das águas dos oceanos, potencializando catástrofes climáticas.
- (C) O aumento da temperatura vem provocando a morte de várias espécies animais e vegetais, onde desequilibra vários ecossistemas. Caso a isso somamos o desmatamento que vem ocorrendo em florestas de países tropicais, a tendência é aumentar as regiões desérticas do planeta Terra. Portanto não é só isso, esse aumento da temperatura faz com que ocorra maior evaporação das águas dos oceanos e potencialize catástrofes climáticas.
- (D) O aumento da temperatura vem provocando a morte de várias espécies animais e vegetais e desequilibrando vários ecossistemas. Se a isso somamos o desmatamento onde vem ocorrendo, em florestas de países tropicais, a tendência é aumentar as regiões desérticas do planeta Terra. Contudo não é só isso, esse aumento da temperatura faz com que ocorra maior evaporação das águas dos oceanos, onde se potencializam catástrofes climáticas.
- (E) O aumento da temperatura vem provocando a morte de várias espécies animais e vegetais quando desequilibra vários ecossistemas. Onde a isso somamos o desmatamento que vem ocorrendo, em florestas de países tropicais, a tendência é aumentar as regiões desérticas do planeta Terra. Por que não é só isso, esse aumento da temperatura faz com que ocorra maior evaporação das águas dos oceanos, potencializando catástrofes climáticas.

Regimento Interno do TRT da 15ª Região

11. Um procedimento correicional pode ser instaurado pelo TRT da 15ª Região *ex officio*, a requerimento das partes e de qualquer interessado ou por determinação do Tribunal. É aspecto atinente a esse procedimento

- (A) impossibilidade de realização de correição parcial.
- (B) possibilidade do pedido de instauração ser verbal.
- (C) obrigatoriedade da suspensão do ato motivador do pedido.
- (D) possibilidade de interposição de agravo regimental pelo corrigente se não conformado com a decisão do Corregedor.
- (E) obrigatoriedade do cumprimento da decisão do Corregedor pelo Juiz de 1º Grau, sob pena de solidariedade.

12. As Seções Especializadas do TRT da 15ª Região serão compostas pelos Desembargadores do Trabalho. A SDC – Seção de Dissídios Coletivos é constituída pelo Presidente do Tribunal e pelo Vice-Presidente Judicial, a 1ª SDI – Seção de Dissídios Coletivos pelo Corregedor-Geral, a 2ª SDI – Seção de Dissídios Coletivos pelo Vice-Corregedor Regional, a 3ª SDI – Seção de Dissídios Coletivos pelo Vice-Presidente Administrativo, além de, respectivamente,

- (A) 13, 12, 12 e 13 Desembargadores.
- (B) 13, 12, 12 e 12 Desembargadores.
- (C) 12, 12, 12 e 12 Desembargadores.
- (D) 13, 13, 13 e 13 Desembargadores.
- (E) 12, 13, 13 e 13 Desembargadores.



<p>13. Os servidores do TRT da 15ª Região têm a sua disposição a Escola Judicial. É elegível para os cargos de Diretor e Vice-Diretor o</p> <p>(A) Presidente de Câmara. (B) Vice-Presidente Administrativo. (C) Vice-Presidente Judicial. (D) Corregedor Regional. (E) Vice-Corregedor Regional.</p>	<p>17. O Sr. Jorge não foi aprovado em estágio probatório para o primeiro cargo público que ocupou. Nesse caso, ele será</p> <p>(A) demitido. (B) transferido. (C) reaproveitado. (D) readaptado. (E) exonerado de ofício.</p>
<p style="text-align: center;">Lei nº 8.112/1990</p> <p>14. O Sr. João, portador de deficiência, sempre alimentou o sonho de trabalhar em prol da sociedade. Para a satisfação desse desejo, optou por prestar concurso público para um cargo cujas atribuições são compatíveis com a deficiência da qual é portador. Nos termos da Lei, para o Sr. João, e para todos aqueles nessa condição, em relação às vagas oferecidas no concurso, os editais deverão reservar</p> <p>(A) 10%. (B) até 10%. (C) 15%. (D) até 20%. (E) 20%.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Administração Geral/Pública</p> <p>18. Os que defendem a tese da liderança situacional advogam que</p> <p>(A) o líder deve agir de acordo com as contingências e situações apresentadas pelo ambiente e com o grau de maturidade dos liderados. (B) a liderança é uma habilidade inata que envolve auto-controle e habilidade social diante das situações. (C) os líderes são os indivíduos que se encontram no ponto mais alto da curva de maturidade da organização. (D) a liderança somente pode ser desenvolvida em um ambiente de completa maturidade da organização. (E) o ambiente é o que determina o comportamento do líder, que deve ser substituído conforme as situações apresentadas.</p>
<p>15. O Sr. José teve a grata notícia de sua aprovação em concurso público. Conhecedor de seus deveres, sabe que sua investidura ocorrerá com a posse. Nos termos da Lei, é regra atinente à posse</p> <p>(A) sua ocorrência no prazo de 30 dias contados do resultado do concurso. (B) em se tratando de servidor em licença para desempenho de mandato classista, o prazo para sua ocorrência será contado do término do impedimento. (C) a obrigatoriedade nos casos de nomeação e de provimento. (D) independe de prévia inspeção médica legal, condição exigida para a entrada em exercício. (E) o previsto no termo de posse pode ser alterado de ofício nos termos previstos em lei.</p>	<p>19. O conceito de eficiência na gestão pública corresponde ao</p> <p>(A) grau de alcance das metas; é uma medida de resultados para avaliar o desempenho da administração. (B) uso racional e econômico dos insumos na produção de bens e serviços. (C) impacto final das ações, ou seja, o grau de satisfação das necessidades e dos desejos da sociedade pelos serviços prestados pela organização. (D) grau de alcance dos indicadores de resultados estabelecidos no planejamento estratégico da organização. (E) resultado da avaliação de desempenho e grau de satisfação com os serviços disponibilizados.</p>
<p>16. A Lei prevê, além do vencimento que poderão ser pagos ao servidor, indenizações, gratificações e adicionais. É regra atinente a essas vantagens o</p> <p>(A) pagamento de auxílio-moradia ser uma espécie de gratificação. (B) cabimento de ajuda de custo a servidor afastado em virtude de mandato eletivo. (C) não cabimento de diárias se o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo. (D) cabimento de auxílio-moradia se o deslocamento do servidor ocorrer por força de nomeação para cargo efetivo. (E) cálculo da ajuda de custo feito sobre a remuneração do servidor, não podendo exceder a importância correspondente a 2 meses.</p>	<p>20. Considere as afirmativas abaixo acerca da gestão por competências.</p> <p>I. Grupo focal é um dos instrumentos utilizados para identificação das competências necessárias a uma organização e consiste em uma entrevista coletiva. II. A primeira etapa da gestão por competências corresponde à definição de missão, visão de futuro e objetivos estratégicos da organização. III. O mapeamento das competências corresponde ao critério de alocação dos colaboradores da organização na sua estrutura.</p> <p>Esta correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III. (B) II e III. (C) I e III. (D) I e II. (E) I.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. O Serviço Social, enquanto profissão, na contemporaneidade, tem sua dimensão delineada pela
- (A) ajuda e caridade que configurou sua gênese.
 - (B) vinculação à ordem monopólica, considerando que sua existência acontece a partir da configuração de um espaço socio-ocupacional.
 - (C) continuidade evolutiva das protoformas.
 - (D) organização e racionalização da filantropia.
 - (E) criação de um espaço socio-ocupacional, exclusivamente, para o serviço social, o que define a profissão como especialidade.
-
22. O trabalho assumiu contornos cada vez mais precarizado, subproletarizado, flexibilizado que vem, nos últimos anos, acirrando ainda mais as sequelas da questão social. Esse contexto passa a requerer do Assistente Social no desempenho de suas atribuições:
- I. conhecimento generalista frente às expressões da questão social, objeto de trabalho profissional.
 - II. postura crítica e compromisso com a classe trabalhadora.
 - III. ações postuladas sob o aporte legal dos direitos afiançados na Constituição de 1988 e suas leis constitucionais, além da Lei de Regulamentação da profissão, do Código de Ética de 1993.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) III, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
23. A compreensão dos direitos sociais é fundamental para a atuação profissional do Assistente Social, pois os mesmos estão postos como princípios fundamentais do Código de Ética Profissional. Sendo assim, é correto afirmar:
- (A) Os direitos, tanto na sua instituição legal, quanto na concretização dos mesmos são resultantes de processos históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais, em distintos países expressando a relação estabelecida entre o Estado e a sociedade.
 - (B) A constituição dos direitos sociais acontece somente quando os direitos de 3ª geração já se concretizaram. Entenda-se por direitos de 3ª geração os que garantem a proteção do homem indivíduo.
 - (C) Os direitos não podem ser configurados no campo político, porque não envolvem luta e disputa de projetos societais.
 - (D) Os direitos são divididos em civis, políticos e sociais como afirma Marshall (2000), pois todos são resultantes de Estados que utilizam unilateralmente seu arbítrio para instituí-los.
 - (E) O neoliberalismo é o grande indutor dos direitos sociais, pois concentra suas preocupações na garantia de acesso aos bens e serviços necessários para ampliação do bem-estar social.
-
24. Atuando como Assistente Social no Tribunal Regional do Trabalho, torna-se imprescindível adotar posição em relação ao Art. 193 da Constituição Federal de 1988, que inaugura o capítulo da Ordem Social e diz: *A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais*. A interpretação desse dispositivo indica que
- (A) o trabalho deve estar na base de toda a organização da estrutura do Bem-Estar Social, indicando a necessidade de que os serviços socioassistenciais tenham como primado incluir os cidadãos que necessitam de atenção desses serviços no mundo do trabalho.
 - (B) todas as demais regulações sociais, que desse artigo emanam devem ter como pressuposto a obrigação de que todos os cidadãos incluídos na PEA (População Economicamente Ativa) terem o dever de trabalhar para sustentar a si e sua família.
 - (C) a expressão *primado do trabalho* pode significar a articulação dos princípios de valorização e existência digna, assim como a indissolubilidade da ordem econômica com a social; além de constituir-se como direito social e ter relação com a busca do pleno emprego, que referencia a aquisição e manutenção de atividade remunerada, obriga o Estado a preocupar-se com a ampliação dos postos de emprego.
 - (D) o trabalho é uma categoria essencialmente social e, portanto, não pode e não deve ser anexada aos pressupostos econômicos, o que desautoriza o princípio do *Welfare State*, anunciado por Keynes, ao afirmar que *convém ao Estado assumir propriedade dos meios de produção*. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que *lhe compete*.
 - (E) a legislação infraconstitucional, incluindo a de vadiagem descrita como contravenção no art. 59 do Decreto-lei nº 3.688/2001, deve ser aplicada, pois se a Constituição Federal ao definir o trabalho como direito também o acolhe como dever de todo o cidadão.



25. O Neoliberalismo delinea-se por características que podem estar identificadas com:
- I. o pressuposto da ampliação de políticas sociais, pois considera que a seletividade fere o princípio do direito social. Para essa corrente, o Estado deve garantir os direitos para além da aquisição dos bens e serviços no mercado.
 - II. a importância da dimensão ideológica apresentando os seus projetos como inevitáveis e utilizando de liberdade frente ao mercado.
 - III. a diminuição do gasto público, sobretudo com as políticas sociais; a venda de seus bens como fonte de equilíbrio do *déficit* fiscal; a liberação do mercado na destinação dos recursos; a ampliação da privatização a novos espaços e atividades; a abertura do mercado interno ao comércio internacional e a manipulação ideológica das massas através de processos altamente tecnológicos da comunicação social.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II apenas.
 - (B) II e III apenas.
 - (C) I e III apenas.
 - (D) III apenas.
 - (E) I, II e III.
-
26. Atuando como Assistente Social foram solicitadas, a você, informações referentes ao Benefício de Prestação Continuada, sobretudo de como se deve entender a composição familiar referente à renda. Conforme o disposto na Lei nº 12.435/11, a família
- (A) é composta por todos aqueles que residem sob o mesmo teto, excetuando o requerente que pode ter outro endereço residencial, uma vez que a requisição do benefício pode ser induzida por qualquer pessoa da família.
 - (B) é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, sem que necessariamente vivam sob o mesmo teto.
 - (C) está estabelecida no código civil – Lei nº 10.406/2002, e é composta por pais e filhos reconhecidos por instrumento legal perante a justiça (registros de casamento e nascimento com paternidade comprovada).
 - (D) é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.
 - (E) é composta por todos os membros que vivem sob o mesmo teto, podendo ser considerados também os irmãos casados e, neste caso não há necessidade de incorporação da renda dos mesmos no cálculo per capita.

-
27. A Política Nacional de Assistência Social, instituída em 2004, apresenta as seguranças afiançadas, assim descritas:
- (A) Sobrevivência (rendimento e autonomia); acolhida; convívio ou vivência familiar.
 - (B) Benefício de Prestação Continuada (BPC) e bolsa família, desde que em conformidade com os requisitos exigidos; convivência comunitária e participação.
 - (C) Amparo à maternidade, infância e velhice; garantia de renda nos termos da lei.
 - (D) Oferta de serviços intersetoriais; participação social; autonomia de renda.
 - (E) Acolhida, mas apenas para os casos de rompimento definitivo de vínculos familiares do BPC Benefício de Prestação Continuada – BPC, mas com inscrição prévia no cadastro único; participação social.

-
28. Tendo sido convidado a avaliar um projeto social em desenvolvimento no seu campo de trabalho, o Assistente Social tomou como pressuposto que
- (A) processos avaliativos têm sempre repercussões com os seus sujeitos, portanto, ao identificar as falhas torna-se primordial punir seus responsáveis.
 - (B) avaliar é um procedimento essencialmente unilateral e seu processo de junção das diferentes visões é posterior à construção individual de pareceres.
 - (C) a opção pelo modelo quantitativo permite mais exatidão e, com isso, retira a perspectiva subjetiva que pode aferir resultados imprecisos e, com isso, influenciar a tomada de decisões equivocadas posteriormente.
 - (D) o processo avaliativo só pode acontecer com características do *ex-post*, pois permite escolher as melhores condições para a continuidade do projeto, além da definição clara de indicadores objetivos, na medida em que não há como definir indicadores de avaliação que afirmam a conquista ou não de direitos sociais.
 - (E) a avaliação deve ser compreendida como base para uma tomada de decisões racional e inteligente, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados.

29. A reforma do Estado e a perspectiva gerencial, em sua concepção mais ampla, trazem consigo dois conceitos complementares: governança e governabilidade, que são interpretados da seguinte forma:
- Governabilidade refere-se à capacidade do Estado conseguir reduzir seus gastos, sobretudo em ações periféricas como planejamento e avaliação. Governança diz respeito aos atos registrados em lei que garantem suporte normativo ao Estado.
 - Tanto a governabilidade, quanto a governança estão pautadas num estilo de gestão pública que aumenta os gastos sociais e amplia a proteção social, próprios do modelo instituído após a reforma do Estado.
 - Governabilidade refere-se às condições sistêmicas mais gerais sobre as quais se dá o exercício do poder numa dada sociedade. Governança diz respeito à capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução das metas coletivas.
 - Ações técnicas e administrativas do Estado que, após o modelo de reforma instituído nos anos 90 com a instituição do Ministério da Reforma do Estado – MARE, passaram a delegar para as Organizações não Governamentais as funções de normatizar e avaliar as políticas sociais.
 - Governança refere-se às condições sistêmicas mais gerais sobre as quais se dá o exercício do poder numa dada sociedade. Governabilidade diz respeito à capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução das metas coletivas.
-
30. O Estatuto da Criança e Adolescente, em seu Art. 67, trata sobre o que é vedado em relação à inserção do adolescente no trabalho, sendo ele empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental. Em relação às condições de trabalho ao adolescente, é vedado o trabalho
- noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte; perigoso, insalubre ou penoso; realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.
 - noturno, realizado entre as vinte horas de um dia e às seis horas do dia seguinte; perigoso, insalubre; realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.
 - noturno, realizado entre as vinte horas de um dia e às seis horas do dia seguinte; perigoso, insalubre; realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico e social; realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.
 - perigoso, insalubre ou penoso; realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola; no entanto, o trabalho noturno é permitido desde que garanta o acesso ao ensino regular no período vespertino, dando condições ao adolescente recompor-se física e mentalmente.
 - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte; perigoso, insalubre ou penoso; realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola. No que concerne às condições de trabalho, estas só serão avaliadas por um profissional de serviço social que acompanha o adolescente e por um técnico da segurança do trabalho.
-
31. Ao orientar uma servidora com indícios de violência doméstica, uma Assistente Social identificou, de acordo com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), o que pode se caracterizar violência doméstica. Diante desta legislação, é correto afirmar:
- A violência doméstica se caracteriza, exclusivamente, por ações físicas, comprovadas através de exame de corpo de delito em qualquer gravidade compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
 - Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; no âmbito da família sendo que é considerada família apenas a que for constituída legalmente, pois os espaços de convívio sem formalização não criam consubstancialidade de provas em processos civis ou criminais.
 - A violência doméstica se caracteriza por ações físicas comprovadas por exame de corpo delito em qualquer gravidade compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Para efeitos legais excetuam-se as relações homoafetivas.
 - Considera-se violência doméstica, toda e qualquer violência e cárcere privado. No entanto, quanto às violências de caráter moral e psicológicas só serão consideradas com relatos testemunhais, dada a dificuldade de comprovação e, também, porque estas ainda não foram identificadas no escopo das garantias legais e reconhecidas como direitos humanos afiançados.
 - Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.



32. O Programa Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, instituído pela Lei nº 12.435/11, tem
- (A) vinculação exclusiva à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, da Presidência da República e opera uma bolsa destinada a crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos em situação de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
 - (B) abrangência Nacional e será desenvolvido de forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil, e tem como objetivo contribuir para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos em situação de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
 - (C) abrangência Nacional e será desenvolvido de forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil, e tem como objetivo contribuir para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 14 (quatorze) anos em situação de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 12 (doze) anos.
 - (D) transferência de renda coordenado pelas Secretarias Estaduais de Assistência Social e pela Secretaria Estadual do Distrito Federal, com o objetivo de superar a exploração do trabalho infantil nos casos de insalubridade.
 - (E) caráter intersetorial e integra benefícios e serviços destinados a crianças e adolescentes em situação de trabalho com idade mínima de 18 anos; no entanto, com a criação do Programa Bolsa Família o mesmo foi extinto, pois o foco dado às políticas sociais a partir de 2003 é na matricialidade sociofamiliar.
-
33. Quando há trabalhador com deficiência numa instituição, o Assistente Social deverá defender o acesso do trabalhador às ajudas técnicas, preconizadas no Decreto nº 5.296/2004. Em consonância com esta legislação, entende-se por ajuda técnica:
- (A) produtos e instrumentos certificados, exclusivamente, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO que tenham condições de facilitar a funcionalidade da deficiência mecânica e ampliar a produtividade laboral.
 - (B) produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida, excetuando-se a presença de cães-guia, pois os mesmos não podem ser considerados ajuda técnica.
 - (C) apoio profissional especializado de caráter grupal ou individual, após avaliação de cada caso pelo Assistente Social do INSS, considerando as condições de adaptabilidade e da funcionalidade no espaço socio-ocupacional. Neste caso, inclui-se a possibilidade de um profissional/técnico de apoio ininterrupto por todo o turno de trabalho.
 - (D) produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida.
 - (E) apoio profissional especializado de caráter grupal ou individual, após avaliação de cada caso, considerando as condições de adaptabilidade e da funcionalidade no espaço socio-ocupacional. O acesso a esse direito só será garantido após avaliação da perícia médica com aferição da incapacidade autônoma para a atividade prevista.
-
34. O processo de planejamento, dentro do contexto institucional, envolve a operacionalização da demanda. Nesta linha, para Baptista (2000) a ação profissional deve
- (A) reestruturar essa demanda mediando interesses diversos numa determinada direção ético-política, o que significa reconstruir o objeto de intervenção que envolve o planejamento.
 - (B) considerar que sempre há um antagonismo entre os interesses da instituição e de seus usuários, e constituir o objeto abordado no planejamento com base nas regras gerais da instituição.
 - (C) recusar mecanicamente as demandas da instituição e formar uma trincheira em defesa dos usuários.
 - (D) avaliar a demanda advinda dos reclamos dos usuários, mas responder exclusivamente dentro dos limites legais impostos pela instituição na medida em que, neste caso, dada a racionalidade exigida no planejamento, o senso comum dos usuários pode levar o profissional a cometer equívocos.
 - (E) manter sua acuidade inequívoca e manter seu objeto de intervenção, alvo originário do processo de planejar, que se coloca sempre de forma rígida, no entanto, não pode deixar-se guiar por pressupostos ético-políticos, pois esta dimensão retira a racionalidade técnica do planejamento.
-
35. As mudanças que ocorrem no mundo do trabalho alcançam o Serviço Social enquanto profissão. Tais mudanças são determinadas por:
- I. Objetivação e subjetivação do trabalho coletivo, a composição e a dinâmica da intervenção das classes sociais e Estado.
 - II. Processos macrossociais contemporâneos que afetam a vida social e determinam mudanças no conjunto das práticas sociais.
 - III. Identificação das demandas que encerra, por si só, o desvelamento das reais necessidades que as determinam.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) III, apenas.
 - (E) I, II e III.

36. Um trabalhador vem apresentando um quadro de doença mental e o Assistente Social foi chamado para compor a equipe que presta atendimento nesse campo de atuação. Considerando os pressupostos do trabalho em equipe interprofissional associados à concepção de saúde, a atuação deste profissional deverá pautar-se na perspectiva de que
- a saúde mental e coletiva traz uma concepção ampliada e exige intenso diálogo entre as profissões e planejamento conjunto. No entanto, há necessidade de reconhecer e dispor por ordem, a valorização do conhecimento das diferentes profissões, considerando a predominância do campo biomédico.
 - a ideia de trabalho em equipe demarca a concepção de trabalhar em parceria e deve levar à diluição de suas particularidades profissionais no trabalho.
 - o trabalho interprofissional exige que os profissionais dispensem a lógica de interdependência, da integralidade, pois para o caso da saúde mental não se pode trabalhar com a ideia de totalidade.
 - a saúde mental e coletiva traz uma concepção ampliada e exige intenso diálogo entre as profissões e planejamento conjunto, sobretudo nesse campo que traz intrinsecamente uma visão de saúde como uma totalidade.
 - os assistentes sociais tenham primeiramente e, principalmente, uma visão endógena (de si e para si) como precondição para que possam captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação.
-
37. José Paulo Netto, ao tratar do projeto ético-político do Serviço Social, aponta que o mesmo
- deve ser construído por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão.
 - para se afirmar na sociedade, deve ganhar solidez e respeito frente às outras profissões, às instituições privadas e públicas e frente aos usuários dos serviços. Ainda é necessário que o Serviço Social tenha, em sua base, um corpo profissional fortemente organizado.
 - tem inelimináveis dimensões políticas, seja no sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja em sentido estrito (referido às perspectivas particulares da profissão). Porém, nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando apontam para direções conservadoras ou reacionárias.
- Está correto o que se afirma em
- I e II, apenas.
 - II e III, apenas.
 - I e III, apenas.
 - III, apenas.
 - I, II e III.
-
38. No que concerne à configuração das políticas sociais, a Constituição Federal de 1988 define algumas diretrizes e dentre elas a democratização e participação social. Para que haja avanços e consubstanciação dessa diretriz, faz-se necessário
- o reconhecimento da identidade social dos segmentos mais pauperizados e sua aceitação como interlocutores políticos legítimos no trabalho de construção das novas formas de gestão das políticas sociais, rumo ao objetivo da universalização dos direitos sociais.
 - articular as principais iniciativas dos segmentos sociais mais organizados com o campo jurídico, pois só se reconhece direitos se e quando o Ministério Público os reconhece.
 - ampliar a participação dos conselheiros do Poder Público local na operacionalização das políticas sociais e impedir que os mesmos sejam de indicação dos mandatários dessa instância de poder.
 - desconstruir o modelo de conselhos locais por política pública e criar uma única instância agregadora das políticas sociais, na qual terão acento, de forma tripartite, membros do poder executivo, legislativo e judiciário.
 - reconhecer a legalidade das instituições de controle social através de regulação em nível nacional que forneça a certificação de “entidades beneficentes de políticas públicas”.
-
39. O Brasil colocou em funcionamento com primazia no campo público um conceito de seguridade, enunciado na Constituição Federal de 1988. Segundo Yazbek, a noção de Seguridade supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de direitos e seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidades sociais. Quanto a esse tema, é correto afirmar:
- Os benefícios não contributivos não compõem a Seguridade, pois sua conceituação assenta-se no pressuposto da contribuição prévia e individual.
 - Os benefícios que compõem a política de Assistência Social como o BPC e Bolsa Família não correspondem à lógica de seguridade social, pois têm cunho assistencialista, o que se contrapõe à ideia de direito de cidadania.
 - Os programas de transferência monetária direta a indivíduos ou a famílias representam elemento central na constituição atual do Sistema Brasileiro de Proteção Social, especialmente no âmbito da Assistência Social.
 - O fato de o Programa Bolsa Família ter sido criado como resultante de integração de outros programas de transferência de renda, o caracteriza exclusivamente como elemento estratégico no acesso à educação e, portanto, não pode ser admitido como central no sistema de proteção social e vinculado à lógica do direito socioassistencial.
 - A autora discorda da ideia que a articulação de uma transferência monetária com políticas e programas estruturantes no campo da educação, da saúde e do trabalho, direcionados a famílias pobres, poderá representar uma política de enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais e econômicas no país.



40. Uma das atribuições do Assistente Social no TRT inclui emitir parecer técnico sobre denúncia de desrespeito de direito nas relações de trabalho. Quanto a esse parecer, é correto afirmar:
- (A) Ao elaborar seu parecer técnico o mesmo deve dificultar a identificação do usuário com o objetivo de não ferir o Código de Ética no que concerne a construir provas contrárias aos sujeitos em atendimento e, ainda, deve evitar a assinatura e identificação com seu número de inscrição no Conselho Regional de Serviço Social.
 - (B) O Assistente Social, muito embora, deva fazer um estudo de caso e uma intervenção planejada, não está autorizado, segundo a Resolução nº 557/2009 do CFESS/CRESS a emitir parecer técnico, pois as consequências desse, podem ferir o pressuposto do depoimento sem dano.
 - (C) O entendimento ou opinião técnica do Assistente Social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ ou equipe multiprofissional, não deve destacar a sua área de conhecimento separadamente, além de outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica.
 - (D) O Assistente Social, ao emitir laudos, pareceres, perícias e qualquer manifestação técnica sobre matéria de Serviço Social deve atuar com ampla autonomia, respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei nº 8662/1993.
 - (E) O Assistente Social deverá emitir sua opinião técnica sobre o que é de sua área e também emitir laudo técnico sobre temas que correspondam a outras áreas de atuação, pois é recomendável que sua intervenção esteja sempre inscrita num trabalho interdisciplinar.
-
41. O Assistente Social, ao atender uma família e orientá-la sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), irá esclarecer que este é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda permitindo conhecer a realidade socioeconômica destas, com informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. Portanto, o cadastro único
- (A) é destinado somente para as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos.
 - (B) pode contribuir para que a família tenha mais facilidade de acesso ao programa Bolsa Família, pois a seleção para inclusão neste Programa é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.
 - (C) pode ser destinado para famílias com renda per capita superior a meio salário mínimo, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo.
 - (D) é obrigatoriamente utilizado para inclusão no benefício da aposentadoria por invalidez.
 - (E) é obrigatoriamente utilizado para inclusão no Programa Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, Seguro-desemprego, Carteira do idoso, Auxílio-maternidade e Auxílio-doença.
-
42. Há uma família composta por 4 pessoas, sendo a mãe, responsável familiar e 3 filhos: João com 7 anos, está no 1º ano do ensino fundamental; Arthur com 10 anos, está no 4º ano do ensino fundamental; e, Felipe com 19 anos de idade, cursou até o 1º ano do ensino médio e atualmente não está estudando. A renda da família é procedente do trabalho informal da responsável familiar que, no último mês de trabalho, recebeu o valor de R\$ 500,00 (valor per capita de R\$ 125,00) e nos últimos 12 meses, recebeu o valor de R\$ 350,00 (valor per capita de R\$ 87,50). O Assistente Social, ao avaliar, se esta família está dentro dos critérios do Programa Bolsa Família, chegará à conclusão que:
- (A) está dentro dos critérios porque a renda per capita aferida corresponde ao exigido nas regulações referentes ao respectivo Programa.
 - (B) está dentro dos critérios e poderá receber a Bolsa Variável Jovem para os 3 filhos.
 - (C) não está dentro dos critérios, pois a renda per capita ultrapassa o valor de R\$ 70,00.
 - (D) não está dentro dos critérios, porque o filho de 19 anos de idade não está frequentando escola.
 - (E) não está dentro dos critérios, pois a atividade profissional que a responsável familiar executa é informal e não passível de comprovação oficial.



43. A Lei nº 9.790/99 que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, estabelece, em seu Art. 3º que as ONGs devem constar em suas finalidades:
- I. Promoção da Assistência Social; promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei; promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei.
 - II. Promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do voluntariado; promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito.
 - III. Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
44. Maria foi atendida pela Assistente Social e relatou que está participando do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Tem conhecimento que atualmente existe a Lei Maria da Penha, que foi uma importante conquista para a sociedade e mulheres brasileiras. Gostaria de ter informação sobre o aspecto inovador da lei. Nessa linha, é considerado dentre outros, como inovação na respectiva legislação,
- (A) a definição de penas pecuniárias como as de cesta básica e multa para o agressor.
 - (B) a supressão da prisão em flagrante do agressor.
 - (C) a não notificação dos atos processuais para a mulher vítima de violência, especialmente quanto ao ingresso e saída do agressor da prisão.
 - (D) o aumento da pena em 1/3 (um terço), caso a violência doméstica for cometida contra mulher com deficiência.
 - (E) o estabelecimento de que os juizados especiais criminais tratam somente do crime e as questões referentes à família, como separação, pensão, guarda de filhos devem ser tratadas na Vara de Família.
-
45. Minayo 2008, parte da compreensão de que maus tratos, abusos e violências são ações ou omissões cometidas uma vez ou muitas vezes, prejudicando a integridade física e emocional da pessoa idosa, impedindo o desempenho de seu papel social. Nessa linha, é correto afirmar:
- (A) Abandono é o ato de uma família conduzir uma pessoa idosa a um abrigo ou a qualquer outra instituição de longa permanência, mesmo com sua concordância.
 - (B) Abuso psicológico corresponde a todas as formas de menosprezo, de desprezo e de discriminação que provocam sofrimento mental.
 - (C) Abuso financeiro refere-se, exclusivamente, às ações criminosas cometidas por órgãos públicos e privados em relação às pensões, aposentadorias e outros bens da pessoa idosa.
 - (D) Negligência é uma categoria específica para explicar as várias formas de menosprezo e de abandono e se restringe ao âmbito familiar.
 - (E) Abuso físico é aquele que ocorre sobretudo, durante o atendimento realizado nas instituições de prestação de serviços.
-
46. O Assistente Social, ao prestar atendimento a um idoso que não tem condições econômicas de prover o seu sustento, verifica que seus familiares também não possuem tais condições. Nesse caso, pelo Estatuto do Idoso, impõe-se esse provimento para
- (A) o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.
 - (B) o Poder Público no âmbito da Assistência Social.
 - (C) o Poder Público no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar.
 - (D) a rede social de solidariedade do território de moradia do idoso.
 - (E) a designação de um curador da pessoa idosa que assumirá esta responsabilidade.



47. Josué tem 40 anos de idade e faz uso de substâncias psicoativas há bastante tempo e está em processo inicial de tratamento no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS AD. Solicitou para o Assistente Social explicar sobre a atual Política Nacional sobre Drogas. A informação repassada para Josué, foi que
- (A) houve avanços com a nova Política, pois tanto o traficante, assim como, o usuário/dependente passaram a ser tratados de modo igual.
 - (B) há definição da penalização pela justiça com a privação de liberdade para usuários e dependentes.
 - (C) há enfoque na justiça retributiva direcionando para prevenção do uso de drogas e reinserção social dos usuários, mediante adoção da estratégia de redução de danos.
 - (D) há enfoque na justiça restaurativa que parte da adoção de medidas punitivas baseadas no castigo.
 - (E) a atenção ao usuário/dependente deve ser voltada ao oferecimento de oportunidade de reflexão sobre o próprio consumo.
-
48. O profissional, ao avaliar o cumprimento dos direitos de uma pessoa com transtorno mental no atendimento prestado por um serviço do Sistema Único de Saúde – SUS, com base na legislação vigente na área, irá considerar que o
- (A) tratamento é realizado em ambiente terapêutico pelos meios mais invasivos possíveis para garantir eficiência no resultado.
 - (B) paciente recebe o menor número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento, para que as informações não o influenciem no processo de sua recuperação.
 - (C) tratamento é realizado, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.
 - (D) tratamento é realizado, preferencialmente, em serviços fechados de saúde mental, com o objetivo de afastar o paciente do ambiente favorecedor de agravos e surtos.
 - (E) paciente possui restrito acesso aos meios de comunicação disponíveis na unidade de tratamento, para que possibilite um período de afastamento do convívio familiar e comunitário, o que contribuirá para a alteração da dinâmica do sofrimento mental.
-
49. O Assistente Social, ao ser convidado para participar de uma reunião do Conselho Municipal do Trabalho, partirá da concepção defendida na Constituição Federal de 1988 para esse canal de controle social. Para tanto, o Conselho deve ser considerado como
- (A) *lócus* do fazer político, como espaços contraditórios, orientados pela democracia participativa.
 - (B) único espaço existente que possibilita o exercício do controle social.
 - (C) espaço de legitimação do poder dominante e de cooptação dos movimentos sociais. Por isso, outros canais devem ser instituídos para a efetivação do controle social.
 - (D) espaço de participação da sociedade que possui o papel de agente fundamental de transformação do Estado e da Sociedade.
 - (E) *lócus* do espaço privado de formação plural e de caráter paritário que possibilita a participação de cidadãos na deliberação de políticas públicas.
-
50. Gohn (2010) afirma que há atores sociais que são sujeitos socio políticos, cujas ações coletivas estão voltadas para os problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais públicos em direção à superação das desigualdades sociais. Para a autora, são esses sujeitos:
- I. Movimentos Sociais propriamente ditos.
 - II. Redes de mobilização compostas por associações de várias naturezas, incluindo as Organizações Não Governamentais – ONGs, fóruns, plenárias e articulações nacionais e transnacionais.
 - III. Conselhos institucionalizados que atuam na esfera pública estatal.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, II e III.



51. O Assistente Social, ao compreender que as redes sociais são canais que podem ser utilizados na comunidade capazes de ensejar alianças históricas e estruturantes na construção de proposições que avançam em aspectos que respondem à necessidade de determinada realidade social, irá tratar das redes sociais:
- (A) considerando que elas são importantes na análise das relações sociais do território de significados porque permitem a leitura e a tradução da diversidade sociocultural e política existentes nessas relações.
 - (B) partindo da visão totalizadora da unicidade que elas permitem e de seu caráter transitório, menosprezando a articulação da multiplicidade do diverso.
 - (C) reforçando o pensamento colonizado que ela permite, aplicando modelos construídos a-historicamente.
 - (D) utilizando-se de categorias desvinculadas do tempo histórico e territorial, pois não são esses indicadores que possibilitarão sua compreensão adequada.
 - (E) desconsiderando o seu objetivo central, pois todas as redes sociais têm o mesmo objetivo e se configuram como uma junção de organizações com importante papel técnico e não têm, em seu escopo, um papel político a ser cumprido.
-
52. A adoção de um novo modelo de atenção à saúde no Brasil ocorreu com a Constituição Federal de 1988, sendo posteriormente regulamentado o Sistema Único de Saúde – SUS em 1990. Com relação ao SUS, é correto afirmar que houve a
- (A) realização da descentralização político-administrativa, atribuindo a menor instância com poder formal no município, isto é, as unidades prestadoras de serviços de atenção básica, a responsabilidade de gestão do Sistema Único de Saúde no município.
 - (B) realização da estatização de serviços privados, filantrópicos ou não governamentais para a garantia de acesso universalizado de assistência.
 - (C) compreensão de que a doença e o seu atendimento são assuntos privados e não se configuram como responsabilidade da saúde pública focando a atenção aos pobres por meio da organização do sistema de filantropia.
 - (D) instituição do princípio da hierarquização e regionalização do atendimento por regiões sanitárias em um sistema de acesso por níveis de complexidade.
 - (E) ênfase no cuidado com os problemas coletivos relacionados às epidemias, vigilância, controle de alimentos e meio ambiente.
-
53. A diretoria do sindicato de trabalhadores na defesa dos direitos desse segmento, solicitou esclarecimentos para o Assistente Social sobre a atuação do Sistema Único de Saúde na saúde do trabalhador. O profissional destaca que
- (A) a legislação é clara ao estabelecer que a saúde do trabalhador que está sob a atribuição da esfera pública, são as atividades destinadas, exclusivamente, às ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, responsabilizando as empresas pela recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores, submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.
 - (B) o trabalhador e a sua respectiva entidade sindical e as empresas têm o direito de receber informações sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional.
 - (C) o próprio trabalhador está impedido de participar dos processos de normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas, pois esta é uma responsabilidade da própria empresa e é fiscalizada pelos sindicatos patronais.
 - (D) se configura como um direito do trabalhador, a revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho. No entanto, sua elaboração deve ser realizada pela Superintendência Regional do Trabalho sem envolvimento das entidades sindicais, pois cabe a estas a fiscalização no momento de sua aplicação.
 - (E) nas situações em que houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores, cabe ao próprio trabalhador requerer à empresa a interdição de máquina. O sindicato dos trabalhadores deve se isentar dessa responsabilidade, pois está garantido na legislação, requerer ao órgão competente a interdição, quando for o caso de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho.



54. Constitui-se como um dos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social, a defesa intransigente dos direitos humanos. Ao se deparar em seu cotidiano profissional com questões relacionadas à essa temática, deve considerar os eixos, diretrizes e ações programáticas previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3. Nessa linha, o profissional fará a defesa de que
- (A) o desenvolvimento a ser alcançado ocorrerá mediante a adoção de ajustes econômicos, tecnológicos, demográficos pontuais, apoiado num sistema de produção e consumo e numa matriz tecnológica que faça uso intensivo de recursos naturais.
 - (B) os direitos humanos constituem condição para a prevalência da dignidade humana, e devem ser promovidos e protegidos por meio do esforço do Estado, ficando para a sociedade civil, a responsabilidade pelo controle social.
 - (C) fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática.
 - (D) modernização da política de execução penal, priorizando a aplicação de penas e medidas restritivas de liberdade e melhoria do sistema penitenciário, garantindo a qualidade de atendimento em regime fechado.
 - (E) a garantia dos direitos humanos deve ocorrer de forma restrita a determinados grupos mais vulneráveis, assegurando prioritariamente a cidadania regulada.
-
55. Aline possui 14 anos de idade e está trabalhando em uma lavadeira industrial e faz uso de todos os equipamentos de proteção individual necessários para o exercício dessa ocupação. Trabalha durante 4 horas por dia para assegurar a sua frequência na escola, mas este trabalho não se configura como aprendizagem profissional. O Assistente Social, ao avaliar se esta atividade de trabalho da adolescente está respeitando a legislação brasileira, concluirá que a adolescente:
- (A) poderá continuar nesse trabalho, pois a legislação brasileira estabelece a idade mínima de 14 anos para o trabalho do adolescente.
 - (B) poderá continuar no trabalho, porque a empresa assegura horário reduzido que possibilita a continuidade da frequência à escola.
 - (C) não poderá continuar no trabalho, porque a idade exigida por lei para o trabalho é de, no mínimo, 16 anos de idade e a atividade em lavanderia é classificada como uma das piores formas de trabalho infantil.
 - (D) não poderá continuar no trabalho, pois se trata de trabalho infantil e a própria empresa e adolescente devem ser responsabilizadas pela atividade ilegal.
 - (E) não poderá continuar no trabalho e o caso deve ser encaminhado à Delegacia de Polícia Civil por se tratar de crime contra adolescente.
-
56. As medidas de ajustes econômicos e reformas institucionais enfrentadas nos países centrais e periféricos, especialmente nos finais da década de 1970, transformaram substantivamente o mundo do trabalho, as condições de vida dos trabalhadores e de trabalho. Esse contexto provocou o redirecionamento e mudanças no campo da Seguridade Social que podem ser identificadas como
- (A) aumento das políticas redistributivas, de natureza pública compreendidas no campo dos direitos sociais.
 - (B) estatização de todos os serviços sociais, com a consolidação dos direitos de cidadania.
 - (C) adoção de medidas eficazes contra o desemprego, a geração de renda e a formação da força de trabalho.
 - (D) politização das desigualdades sociais de classe, compreendendo-as que são historicamente construídas e que necessitam da intervenção estatal para a garantia de inclusão e acesso aos bens civilizatórios e materiais.
 - (E) emergência de novos protagonistas, tais como a empresa socialmente responsável, o voluntariado, com suas práticas congêneres que amparam a redefinição da intervenção do Estado.
-
57. O Poder Judiciário possui em sua estrutura de governança, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Quanto ao respectivo órgão, é correto afirmar:
- (A) qualquer cidadão pode acionar o Conselho Nacional de Justiça, desde que a reclamação ou representação esteja relacionada à competência institucional do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
 - (B) constitui-se como função do Conselho Nacional de Justiça – CNJ a realização de supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, bem como promover a integração e o desenvolvimento dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Varas do Trabalho.
 - (C) compete ao Conselho Nacional de Justiça a apreciação da legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados.
 - (D) somente ao advogado cabe a função de representar ao Conselho Nacional de Justiça, apresentando petição escrita e assinada com documentos que comprovem a identificação e endereço do peticionado.
 - (E) cabe ao Conselho Nacional de Justiça receber reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, sobretudo com o prejuízo da competência disciplinar e correccional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso.



58. Ao Assistente Social do Tribunal Regional do Trabalho – TRT, cabe no âmbito de sua atuação profissional
- (A) ater-se, primeiramente, numa perspectiva a-crítica do conhecimento existente sobre o problema específico de seu campo de intervenção. Para tanto, é necessário informar-se sobre a instituição na qual o próprio profissional se insere, a documentação legal, as experiências em desenvolvimento, o perfil dos usuários.
 - (B) desvincular o problema específico com que se ocupa das expressões gerais assumidas pela “questão social” no Brasil, pois nesse âmbito de trabalho profissional, não há nenhuma relação com a “questão social”.
 - (C) assumir uma atitude profissional que dispense a contextualização de sua intervenção, pois as condições já estão claras e aparentes de imediato, não sendo necessário apreender o alcance e os limites da sua própria atividade profissional.
 - (D) ater-se, exclusivamente, aos aspectos imediatamente instrumentais e operativos da sua atividade, que darão os subsídios técnicos necessários ao desenvolvimento de um trabalho ético.
 - (E) possuir uma visão global da dinâmica social concreta. Para isto, precisa conjugar o conhecimento do modo de produção capitalista com a sua particularização na formação social brasileira.
-
59. Os fundamentos do trabalho do Assistente Social relacionados à realidade social podem fornecer suporte à decisão judicial. Para a realização desse estudo social com uma família, o profissional deve
- (A) colher informações gerais da família, sem contudo, estabelecer relações de como elas afetam a vida dos indivíduos e/ou famílias envolvidas nas ações judiciais.
 - (B) conhecer os determinantes socioeconômicos-culturais que a compõem e que, necessariamente, se colocam e se articulam em âmbito mais amplo e na localidade onde os sujeitos vivem e interagem.
 - (C) a partir da dinâmica da realidade social, fazer a relação com algo abstrato, fora da realidade da família, pois é no processo de abstração que se pode captar a essência da dinâmica familiar.
 - (D) considerar o fato de que o estudo realizado envolve seres humanos que vivem em condições objetivas as quais afetam sua subjetividade e são por elas afetadas. No entanto, o estudo social deve desconsiderar as situações subjetivas.
 - (E) estabelecer proximidade com as concepções com as quais nos colocamos individualmente e realizar o estudo social com base nas relações familiares em geral, pois se o profissional, ao se ater às especificidades, pode realizar uma avaliação com viés teórico.
-
60. Nos espaços sócio-ocupacionais, o Assistente Social é portador de um projeto profissional enraizado no processo histórico e apoiado em valores radicalmente humanos. Nessa linha, o seu trabalho, deverá ser pautado por
- (A) socializar as informações aos usuários, enquanto uma das atividades que estão sob sua responsabilidade, realizando meros repasses de dados sobre as normas e recursos legais.
 - (B) ampliar as possibilidades de condução do trabalho no horizonte do projeto profissional utilizando-se de estratégias técnico-profissionais, sendo que as estratégias político-profissionais não devem compor o escopo de sua atuação profissional.
 - (C) adotar posturas de colaboração e de consenso, substituindo práticas de confronto, que objetivem a incorporação de estratégias compreendidas como passivizadoras das lutas sociais presentes, esvaziando assim, o conteúdo político de demandas dos usuários, focando seu trabalho nas demandas sociais trazidas pelos mesmos.
 - (D) adotar estratégias político-profissionais que ampliem bases de apoio no interior do espaço ocupacional e somem forças com segmentos organizados da sociedade civil, que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos.
 - (E) preservar as análises unilaterais, que separam as relações sociais e suas contradições para o fortalecimento das leituras do trabalho com vieses fatalistas e messiânicos.

**PROVA DISCURSIVA**Instruções gerais:

Conforme Edital publicado, capítulo IX, item 8, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva que, na Folha de Resposta Definitiva:

- a) for assinada fora do local apropriado;
- b) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- c) for escrita à lápis, em parte ou em sua totalidade;
- d) estiver em branco;
- e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

Deverão ser rigorosamente observados os limites de linhas da Folha de Resposta Definitiva.

Em hipótese alguma será considerada pela Banca Examinadora a redação escrita neste rascunho.

Redija seu texto final na Folha de Resposta Definitiva da Prova Discursiva.

O planejamento se constitui em uma das atribuições do Assistente Social. Tendo sido chamado para propor uma ação específica com servidores/trabalhadores do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) é necessário elaborar um plano de intervenção. Uma das etapas de elaboração é a análise de viabilidade. Discorra sobre os elementos constitutivos desta análise.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**PROVA DE REDAÇÃO**Atenção:

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova de Redação que for assinada, na folha de respostas definitiva, fora do campo de assinatura do candidato, ou apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova de Redação.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação.

Alguns dos hábitos mais tradicionais estão se perdendo ou sendo trocados por outros que acentuam o individualismo e o distanciamento pessoal.

A mesa, por exemplo, que é um elemento de aglutinação e de trocas de experiências não só nos momentos de refeição, está desaparecendo por falta de lugar.

Os edifícios são planejados com minúsculos cômodos onde só cabe o essencial, e muitas vezes nem isso. Em contrapartida, contam com áreas comuns como piscinas, salão de festas, playgrounds, sob o argumento de que deve haver uma convivência entre os moradores. Mas quem determinou que deve haver esta convivência?

(Adaptado de: Milton Sabbag Jr., **O Espaço Opressor**, em Aziz Ab'Sáber, *Leituras Indispensáveis*, v. 1, São Paulo: Ateliê Editorial, 2008, p. 32 e 33.)

Com base no trecho acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre:

A dinâmica das relações pessoais diante da remodelação das áreas coletivas e dos espaços privados

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	